

## Vaquinhas, N. (Ed.). (2020). *Atas do III Encontro de História de Loulé. Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.*

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor Associado com Agregação

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[carlosguardado@edu.ulisboa.pt](mailto:carlosguardado@edu.ulisboa.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

Quando da realização da sexta edição dos Encontros de História de Loulé, em 2024, foram apresentadas as *Atas do III Encontro de História de Loulé*, testemunho de que este evento, criado em 2017, veio para ficar, justificando-se pela participação massiva, quer em termos de autores e comunicações, quer em termos de público, bem como pela qualidade científica dos estudos reunidos em livro por cada edição. Os Encontros de História de Loulé contribuem, deste modo, para a construção da memória louletana e a *inventio* da sua identidade, no intuito da renovação do conhecimento sobre Loulé – o território e as suas gentes – registado em livro, permitindo que seja objeto de difusão, mesmo para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar neles, bem como para a construção de uma nova história local de Loulé. Pela sua qualidade e pela regularidade, esta é uma iniciativa louvável que deve ser reconhecida à Câmara Municipal de Loulé e ao seu Presidente, Vítor Aleixo, uma vez que, ao promoverem-na, reconhecem que a cultura e a valorização da memória e da identidade locais são elementos diferenciadores de cada território. Naturalmente, é também obrigatória uma palavra de reconhecimento à estrutura camarária que mantém viva esta organização, bem como ao Doutor Nelson Vaquinhas, o mentor da iniciativa e o coordenador da edição das *Atas do III Encontro de História de Loulé*, que coloca o seu conhecimento sobre o meio académico e dos seus protagonistas ao serviço do Município de Loulé.

O volume de *Atas do III Encontro de História de Loulé*, que resulta do evento que teve lugar em 31 de agosto e 1 de setembro de 2019, e que

data de 2020, foi apresentado em 2024 em virtude da COVID-19. A obra mantém fundamentalmente os ingredientes dos números anteriores, com o mesmo formato, uma dimensão sensivelmente idêntica – aqui 17 autores e 16 textos, em 277 p., numa edição da Câmara Municipal de Loulé, através do Arquivo Municipal.

Também, apresenta uma cronologia ampla e transversal, do período romano até ao século XX. Todavia, não é este o critério para a organização dos textos, ainda que se pressinta alguma ordenação cronológica, dentro dos tópicos/temas propostos para cada uma das cinco secções (que não se repetem de livro para livro), cada uma com três estudos, exceto a quarta com quatro textos, designadamente: Arquivos e Memórias; Território e Economia; Ensino e religião; Administração e poderes; Indivíduos e instituições.

Este é um Encontro que não privilegia docentes e investigadores de uma instituição académica, mas que procura congregar todos, independentemente da sua filiação e do seu grau de formação, que se debrucem ou queiram debruçar sobre o estudo da história de Loulé. De igual modo, procura captar quer jovens aprendizes de historiador, que têm aqui a oportunidade de publicar um dos seus primeiros trabalhos, se não o primeiro, mas também historiadores consagrados, com uma carreira feita e firmados, quer no panorama nacional quer no panorama internacional, ainda que falemos de autores portugueses. E sem desprimor para os demais, permitam-nos citar aqui alguns nomes, por ordem alfabética – de António Rei, Catarina Viegas, Luís Miguel Duarte, Maria da Graça Ventura, Maria do Rosário Morujão e Irene Vaquinhas – garantes, à partida, da qualidade do livro, que constitui as *Atas do III Encontro de História de Loulé*, e da representação das Academias do Algarve, de Évora, Lisboa, Coimbra e Porto, isto é, de todo o país – uma parceria com as instituições de ensino superior, renovada anualmente.

Façamos agora uma abordagem de granularidade mais fina, descendo a cada secção e artigo. Após a apresentação do livro pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, surge a 1ª secção – **Arquivos e Memória**:

No 1º texto desta secção – “A Academia das Ciências de Lisboa, Fr. Joaquim de Santo Agostinho e os arquivos do Algarve no fim do século XVIII: o caso de Loulé” (pp. 7-25), de Maria do Rosário Barbosa Morujão, a autora parte da correspondência dos sócios da Academia encarregados dessas visitas, que António Baião publicou em 1934, e destaca o papel de Frei Joaquim de Santo Agostinho nas visitas aos arquivos do Algarve, em 1790-92 (p. 11), ao serviço da Academia Real das Ciências de Lisboa, durante a qual transcreveu 52 documentos da Câmara de Loulé, cujas referências – com data, sumário, fonte e cota – são indicadas em apêndice (pp. 17-22),

com uma cronologia entre o século XIV e 1707, contribuindo para promover o acesso ao património arquivístico de Loulé, através dos documentos transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, de valor acrescido, uma vez que não se conhecem os originais destes diplomas. Fr. Joaquim de Santo Agostinho não era um louletano, mas nascera em Tavira em 1767, tendo falecido em 1845, quando era abade da igreja de Santiago de Lustosa, no concelho de Lousada. Um estudo que reclama, agora como complemento, a transcrição dos documentos.

O segundo texto, de Elsa Santos Alípio, tem por título “José Mendes Cabeçadas Júnior: um percurso em defesa da República. Espólio e memórias de um louletano” (19 ago. 1883 – 11 jun. 1965) (pp. 27-56). Um estudo que parte do espólio de Mendes Cabeçadas, no Museu da Presidência da República, para procurar um esboço biográfico de um dos protagonistas da Revolução do 5 de Outubro de 1910, ao lado de Machado dos Santos, e Tito de Morais<sup>1</sup>, um dos fundadores da ASP, mas também mote para entender o papel da maçonaria na implantação do regime republicano, que seria anunciado na manhã de 5 de outubro por José Relvas e Eusébio Leão, membros do Partido Republicano, nas varandas do Paço do Concelho de Lisboa, com o anúncio da constituição do Governo Provisório, ainda que Mendes Cabeçadas só entre para a maçonaria em 4 de abril de 1911. Este foi um dos deputados às Constituintes, pelo Círculo de Silves, que aprovaram a nova Constituição. No fundo, este é um estudo biográfico, no sentido moderno ou científico do termo que, a partir de uma figura, procura estudar um tempo e um lugar, privilegiando-se, a partir desta figura louletana, conhecer a 1.ª República e Portugal. Uma figura que acabaria por ocupar, na sequência do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, entre 31 de maio e 18 de junho, os cargos de Presidente da República, Chefe do Governo e representante do Parlamento (p. 41). Um tempo que se prolonga pelas décadas de 30 a 50, na oposição ao Estado Novo (pela via legal, que defendia, distinta da via insurrecional defendida pelos comunistas), tendo sido, em 1947, preso e reformado compulsivamente, o mesmo destino que teriam outros militares e professores universitários e médicos, de que o exemplo mais conhecido é Francisco Pulido Valente.

O terceiro texto desta secção deve-se a Susana Cunha, arquivista do Arquivo fotográfico de Évora, que desenvolve a sua tese de Doutoramento em CI na Universidade de Coimbra, um texto sobre um fotógrafo louletano em Évora, David Freitas (Loulé, 1902 - Elvas, 1910) (pp. 57-67), com enfoque

---

<sup>1</sup> Também foi membro da Aliança Republicano-Socialista (p. 45).

na sua coleção no Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Évora, objeto de aquisição em 2000. Um louletano que criara uma narrativa visual de Évora entre as décadas de 40 e 70 do século XX, mas que inclui fotos de outros concelhos alentejanos e algarvios, como é o caso de Loulé aqui em destaque, e o levantamento de Bens Culturais Móveis e Imóveis realizado, com Túlio Espanca, para o Inventário Artístico do Distrito de Évora, entre 1966 e 1978.

No âmbito da segunda secção – **Território e economia** – outros três artigos, com uma cronologia do romano à baixa Idade Média. O primeiro estudo é de Rui Roberto de Almeida, do Museu Municipal de Loulé, criado em 1985, e de Catarina Viegas, ambos do UNIARQ, testemunho de que o Encontro é também um incentivo à promoção da investigação por parte de investigadores locais, sobre “O sítio romano de Loulé Velho e o paleoestuário da Ribeira de Carcavai...” (pp. 69-88), no âmbito do LORIVAI, projeto iniciado em 2018)...”, sítio que se situa entre os séculos I e VII d.C., em Quarteira, que os trabalhos arqueológicos levados a cabo nos últimos 50 anos permitiram identificar *cetariae*, isto é, estruturas de produção de preparados de peixe, bem como outras estruturas associadas à produção de vinho ou azeite e uma necrópole. Um artigo que nos oferece uma síntese da história da própria descoberta e interpretação do sítio no contexto da romanização do Algarve, que integrava a província da Lusitânia. Um estudo que recorda um outro de Isabel Luzia, de 2004, sobre “O sítio arqueológico de Loulé”, publicado em *al-'Ulyā* 10 (pp. 43-131), que continua a constituir a mais completa síntese sobre o sítio.

Segue-se um texto de António Rei, autor medievalista, que se tem dedicado aos estudos árabo-islâmicos do *Gharb al-Andalus*, sobre “Produções agrícolas, alimentação e cura em *al-'Uliyā* / Loulé, entre os séculos VIII-XIII” (pp. 89-100), que procura identificar as principais produções agrícolas de *al-'Uliyā* na Alta Idade Média, ou seja, parte da sua cobertura vegetal, e o seu reflexo na alimentação e na saúde, a partir dos estudos arqueobotânicos. Um estudo que pode ser, também, um contributo para o estudo da toponímia medieval, árabe e moçárabe, de Loulé. Assim, alguém lhe queira dar continuidade.

A fechar a segunda secção, o estudo sobre “O livro de pagamento da fruta de Loulé (século XV): continuar as perguntas” (pp. 101-110), de Luís Miguel Duarte, a quem muito o município deve, quer pelos seus estudos historiográficos sobre o território, ao longo de décadas, quer pela transcrição das Actas de Vereação dos séculos XIV e XV. Um estudo na sequência de outros, designadamente em torno do *Livro da Repartição da fruta* (de 1450),

sobre contratos-promessa, que permite defender que Loulé precisa de um trabalho de fundo – conjunto de estudos, exposição e catálogo, sobre o abastecimento da vila, vila condal desde 1471 (p. 188, em favor de D. Henrique de Meneses), a exemplo do trabalho desenvolvido para Lisboa, dado à estampa em 2019, sob o título *Pão, carne e água: Memórias de Lisboa Medieval*, que a documentação medieval de Loulé permite, como poucas urbes em Portugal, assim como nós coordenámos, para Torres Vedras, o livro *O Abastecimento da cidade: mercado alimentar*, em 2021, na sequência do Encontro *Turres Veteras* em maio de 2020, porém sem a riqueza da documentação medieval de Loulé. Sobre este estudo em torno do “Livro do pagamento da fruta” efetivamente vendida, Luís Miguel Duarte, na sequência dos estudos de Maria Valentina Ferreira e Manuela Santos Silva, destaca as uvas passas e os frutos secos do Algarve, relevantes no comércio externo português, bem como o vime e o esparto para o fabrico de seiras e cestos, que guardariam a fruta com destino ao norte da Europa. Um estudo, ainda, que nos oferece mais perguntas do que respostas, como nos habituara Luís Miguel Duarte, e por isso é muito mais instigante.

A terceira secção, sob o título **Ensino e religião**, com quatro textos, começa com o estudo “Os professores da Universidade de Coimbra naturais de Loulé (séculos XIX e XX)” (pp. 111-124), de Irene Vaquinhas, em que se identificam professores da academia coimbrã naturais de Loulé, os seus percursos biográficos, académicos e profissionais, desde a reforma pombalina, de 1772, até à implantação da 1.ª República, em 1910. A partir destes exemplos, a autora procura responder quem eram os professores da Universidade de Coimbra, as suas origens sociais e geográficas, bem como as suas habilitações académicas. No distrito de Faro, Irene Vaquinhas identifica 9 docentes, no período em estudo, dos concelhos de Loulé e Tavira, natural quando se afirmara o pendor regionalista da Universidade de Coimbra, como assim permanece hoje relativamente a todas as universidades portuguesas. De Loulé, identificou três docentes, eventualmente merecedores, se ainda não são, do seu registo na toponímia: Mariano José de Sarre e Almeida (1744-1807), secular, professor da Faculdade de Teologia; João Baptista de Barros (1782-?), professor da Faculdade de Medicina (autor da obra *Operações cirúrgicas e arte obstétrica*) e Francisco Augusto Correia Barata (1847-1950), professor da Faculdade de Filosofia (pp. 118-121), um defensor do positivismo.

Segue-se o estudo “Alfabetização e trajetórias escolares a Sul: o caso de Loulé (Séculos XIX e XX)” (pp. 125-144), designadamente entre as décadas de 1870 e 1940, de Fernando Luís Gameiro, que apresenta a evolução das taxas de analfabetismo no país, aproximando-se de 50% da população

alfabetizada em meados do século XX, revelando, face a outros países, se ignorarmos a Escandinávia, a Escócia e a Suíça, um atraso de cerca de meio século. Os índices de alfabetização diminuem à medida que se distanciam da localização da escola, sendo naturalmente superiores em contexto urbano, mas com níveis de assiduidade sempre baixos. Escolas gratuitas, insuficientes, pouco frequentadas, e as práticas religiosas quase ausentes da população parecem explicar o contexto.

Depois, um estudo de Catarina Almeida Calado, intitulado “A extinção das casas religiosas de Loulé: inventariação, avaliação e destino dos seus bens” (pp. 145-160), quando Loulé dispunha de quatro casas religiosas. A concretização da extinção, e conseqüente incorporação dos bens na Fazenda Pública, que ocorreria em 1834 na sequência da publicação do decreto de 30 de maio, que determinou a extinção das Casas masculinas, enquanto as femininas seriam encerradas com a morte da última freira: Um hospício e três conventos, dois masculinos e um feminino: O Hospício de Nossa Senhora dos Pobres, de Agostinhos Descalços, depois o Convento do Espírito Santo das freiras Franciscanas Concecionistas e, por último, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Frades Eremitas de Santo Agostinho, de onde provém o quadro a óleo sobre madeira de São Gonçalo de Lagos (e sobre o qual existe um trabalho recente de João Miguel Simões, publicado pelas Edições Colibri, em 2008), e o Convento de Santo António, pertencente aos Capuchos da Província da Piedade. Destes, a autora faz, ainda, um breve historial.

A fechar esta secção, o estudo “Administração pública paroquial louletana na Monarquia liberal: A origem geográfica do clero paroquial de Loulé (1850-1910)” (pp. 161-180), que Sérgio Ribeiro Pinto conclui ser maioritariamente do concelho. Todavia, uma distinção se imporia aqui, não a simbiose entre paróquia e freguesia, que nunca esteve presente no Estado Liberal. Pois, desde 1831 em Lisboa, e 1836 no País, com o *Código Administrativo*, a paróquia é a instituição eclesiástica e a freguesia, a assembleia de crentes reunida em torno do mesmo patrono, bem como o território físico, sob a influência da paróquia. Também outra distinção se impõe entre a paróquia e a Junta da Paróquia, muitas vezes designada de paróquia civil, é certo presidida pelo pároco, mas em que se distinguem as funções de pároco das funções de presidente da Junta da Paróquia da freguesia X, sendo a freguesia o território, dependendo a Junta da Paróquia do Administrador do Concelho, e não da Câmara Municipal, e a quem o seu presidente, que era o pároco, tinha de reportar diversa informação, definida no *Código Administrativo* de 1836, que aquele, por seu turno, transmitiria ao Governador Civil. Por isso, os documentos se referem à *Junta da Paróquia da freguesia...*

A quarta secção – **Administração e poderes** – começa com o estudo “Loulé e o seu almoxarifado na primeira metade de quinhentos”, de Saúl António Gomes (pp. 181-197), um dos cinco almoxarifados medievais do Algarve a par de Faro, Lagos, Silves e Tavira. Instituição constituída pelo almoxarife, oficial régio, de tradição hispano-muçulmana, responsável pela recolha dos direitos e receitas gerais da Coroa, designadamente as sisas, que remontam a D. Fernando, os direitos reais alfandegários, das portagens e dos reguengos (p. 181). Ou seja, competia-lhe a burocracia relativa à fiscalidade pública sobre o território, como a medição e o tombamento das propriedades a fim de garantir os direitos reais, e dependia do Contador e, este, por sua vez, do Vedor-Mor da Fazenda Real, na dependência direta do monarca. Abaixo, restavam os mordomos e porteiros locais. Para Loulé, conhecemos a existência de almoxarifado desde o século XIII, mais precisamente desde 1286, ocupando então o cargo Paio Miguel (p. 186).

Segue-se um estudo de Paulo Morgado e Cunha, “Participação cívica e poder em Loulé na Idade Média” (pp. 199-209). O autor, partindo das atas de vereação de Loulé e dos Capítulos de Cortes, procura compreender a participação da população na vida e no poder públicos, alargando, para o que é tradicional nos estudos medievais, o conceito de cidadania.

A fechar esta secção, o estudo “Loulé, um condado fugaz: O Condes de Loulé (1471-1534)” (pp. 211-225), de Marco Alexandre Ribeiro. Um estudo sobre o título de conde, mas sobretudo um estudo de natureza genealógica, uma vez que o título se manteve na mesma família, Meneses, entre 1471 e 1534: D. Henrique de Meneses, sucedendo-lhe sua filha D. Beatriz de Meneses (a partir de 1480 com a morte do pai), que casaria com D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, passando, depois, o título à filha D. Guiomar Coutinho, entrando este importante património na órbita da Casa Real por casamento com D. Fernando, sexto filho de D. Manuel, a que se junta o título de duque da Guarda e Senhor de Trancoso.

Entremos na última secção – **Indivíduos e instituições** – com três textos, o primeiro deles de Carla Vieira, intitulado “Dúvidas de sague: para um estudo da actuação inquisitorial sobre suspeitos de judaísmo em Loulé no século XVII” (pp. 227-244), que incide sobre a “vaga repressiva sobre a vila de Loulé nos anos 30 da centúria de seiscentos”, implicando questões em torno da limpeza de sangue, práticas de Judaísmo e conflitos entre famílias cristãs-novas e famílias cristãs-velhas.

Segue-se um texto de Maria da Graça Ventura, “Francisco Barreto, natural de Quarteira, general da Armada do Callao (Lima, Peru)” (pp. 245-256), sobre alguém que foi alcaide-mor e capitão-mor da cidade de Faro,

tendo sido nomeado lugar-tenente de capitão-geral de mar e terra do Porto de Callao pelo vice-rei do Peru (vice-reinado do Peru que existia desde 1542, que incluía toda a América do sul hispânica). No fundo, o exemplo de um comerciante de sucesso nas relações comerciais no contexto da colonização hispano-americana.

A fechar a secção, mas também o livro de *Atas*, o texto “A comunicação política da Intendência Geral da Polícia para o sul do país [instituição criada em 1760]: o caso de Loulé nos finais do Antigo Regime” (pp. 257-277), de Maria Luísa Gama. Aqui a autora avança sobre a criminalidade e o controlo social em Loulé em finais do século XVIII, destacando-se o banditismo e o contrabando (p. 263). Mas, para além da criminalidade e do controlo social, há uma preocupação com a economia e a população e um enfoque nas políticas camarárias em torno da higiene e da saúde pública.

Estes são ingredientes suficientes para a sua leitura, uma leitura por quem se interessa pela história de Loulé, e mais especificamente pelo seu Arquivo Municipal, constituindo a série de *Atas* destes Encontros, a revista *al-'Ulyā*, bem como outras publicações de história publicadas e promovidas pelo Município de Loulé, entre as quais os *Cadernos do Arquivo*, um exemplo que se destaca no país, de como se preserva a memória, constrói a identidade local e se valoriza o território e as suas gentes. Só isto seria interessante e suficiente. Mas temos de acrescentar mais, porque o que aqui se publica, de que as *Atas* do *III Volume de História de Loulé* são um exemplo, interessam ao Algarve e ao país. Estes resultados são *per se* excelentes, mas temos de sublinhar o que se pode fazer com os mesmos – a transferência de conhecimento para outros formatos, suportes e objetivos, Museus e outros Serviços de Memória, como o Arquivo Municipal e a Biblioteca Municipal, e Centros Interpretativos em torno do património material e imaterial do território municipal, na valorização da sua história e identidade, na elaboração de guias e roteiros, no suporte a eventos, ou no estudo e na recuperação de edifícios e de sítios urbanos ou rurais... Só possível com esta valorização e promoção de estudos de história – mas que ultrapassam a própria história, num diálogo interdisciplinar, que abrange a Arte, a Arqueologia, a Arquitetura, a Paleografia, entre outras áreas científicas – com a qualidade dos estudos que aqui se apresentam.





**BAUC VOL. 37-1, 2024**

**NOTA DE APRESENTAÇÃO**

**ESTUDOS**

A demografia do Porto no início da Idade Moderna  
Fabiano Ferramosca

As evidências documentais da gestão urbanística em Portugal:  
o caso de Sines (1914-1951)  
Sandra Patrício

Eticista digital: uma função emergente no campo da Informação  
Moises Rockembach e David Geerts

O arquivo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro (1545-1834)  
Ana Maria Leitão Bandeira

Os inventários de extinção dos conventos em 1834:  
uma tentativa de reconstituição de dois cartórios de instituições religiosas  
de cariz beneditino – Rendufe e Tomar  
Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart

Um Debate a três conceitos: Preservação, Restauro e Conservação  
Tomás Cunha

**RECENSÕES CRÍTICAS**

Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1-25.  
Pedro Diogo Pereira Câmara

Vaquinhas, N. (Ed.). (2020). *Atas do III Encontro de História de Loulé*.  
Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.  
Carlos Guardado da Silva

**ISSN**

0872-5632

2182-7974

**MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA**

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>